

# Liberdade de imprensa em Portugal: José Agostinho de Macedo

Jorge Pedro Sousa

## Resumo

José Agostinho de Macedo (1761-1831) foi um desbragado e truculento polemista português que se distinguiu pela crítica feroz que, após a Revolução Liberal de 1820, fez ao jornalismo panfletário e “partidário”, à proliferação de periódicos e à liberdade de imprensa. Este trabalho pretende contribuir para o conhecimento da teoria crítica do jornalismo desenvolvida por Macedo, defendendo-se nele a tese de que o referido autor identificou alguns dos problemas que levariam o jornalismo panfletário artesanal a ser substituído pelo jornalismo informativo industrial ainda no decorrer do século XIX, como a falta de qualidade, os insultos, as propostas políticas irrealistas e o exacerbamento crítico. Acusou, ainda, o jornalismo de dividir os portugueses.

### Palavras-chave:

*José Agostinho de Macedo, História do jornalismo, Crítica do jornalismo, Liberdade de imprensa, Portugal*

## Freedom of the press in Portugal: José Agostinho de Macedo

### Abstract

After the Liberal Revolution (1820) and the first Portuguese law concerning the freedom of the press, José Agostinho de Macedo (1761-1831) was the strongest voice of the reaction against the proliferation of newspapers, the freedom of the press and the Portuguese party press. He has stated that Portuguese party newspapers from the beginnings of the 19th century had quality problems, offended people, were exaggerated in their political criticism, offered unrealistic solutions for the country's problems and divided the Portuguese people. So, we can say that Macedo, the first Portuguese journalism critic, has identified some of the problems that made Portuguese journalism change and became, in the second half of the 19th century, an industry that produces more news and less political polemics.

### Key words:

*José Agostinho de Macedo, Journalism history, Journalism criticism, Freedom of the press, Portugal*

### Sobre o autor

*Doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Santiago de Compostela, professor associado da Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.  
jorgepedrosousa@hotmail.com*

A Revolução Liberal eclodiu em Portugal a 24 de Agosto de 1820. Uma vez no poder, os liberais promulgaram, a 21 de Setembro de 1820, uma portaria que instituía o princípio da liberdade de imprensa, mais tarde sustentado pela Constituição de 1822. Surgiram, assim, vários jornais políticos panfletários, os primeiros alinhados com várias correntes liberais, outros, posteriores, alinhados com o Antigo Regime e a Monarquia Absoluta.

A par dos periódicos, começaram a erguer-se vozes a favor ou contra os rumos que o país levava, o que implicava, igualmente, tomar posição contra ou a favor da liberdade de imprensa. José Agostinho de Macedo (1761-1831) foi a voz reacionária que mais se distinguiu na época. Para além de ter sido um defensor convicto e violento da causa absolutista, Macedo olhou para os jornais panfletários como objetos de crítica, tendo identificado vários dos problemas que, mais tarde, haveriam de promover o fim do jornalismo “de partido”, panfletário e artesanal, e a entrada em cena do jornalismo noticioso e industrializado. Paradoxalmente, apesar de ser contrário à liberdade de imprensa, Macedo não se coibiu de se tornar, ele próprio, um jornalista panfletário.

Este trabalho tem por objetivo destacar a importância e o pioneirismo de José Agostinho de Macedo como o primeiro crítico sistemático do jornalismo português. Serão analisados alguns dos textos de Macedo publicados entre 1821 e 1825, todos de grande êxito editorial. Procurar-se-á identificar, através da análise qualitativa do discurso dessas obras, quais são os principais eixos de crítica de Macedo ao jornalismo panfletário de então.

### **A proliferação de jornais intemperados gera anarquia**

A anarquia alegadamente provocada pela proliferação de jornais é o primeiro tópico identificável da teorização de José Agostinho de Macedo sobre jornalismo. Para esse autor, a proliferação de jornais fomentaria o caos e impediria a obtenção dos consensos e da tranquilidade que a governação exigiria, conforme se pode ler no primeiro opúsculo que Macedo lançou especificamente contra a liberdade de imprensa e a proliferação de jornais panfletários, intitulado *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*:

Costuma-se chamar flagelo, ou praga, tudo aquilo que consigo traz calamidades para os Povos [...]. Ao século da Política, que outra praga se devia adoptar que não fosse a dos periódicos políticos? [...] Portugal está coberto [...] de periódicos [...]. A multidão dos faladores fez parar a majestosa Torre da Babilónia: onde todos falam ninguém se entende. [...] Calem-se diabos [...] que se malogra a obra da prometida ventura aos portugueses. [...]

**Paradoxalmente, apesar de ser contrário à liberdade de imprensa, Macedo não se coibiu de se tornar, ele próprio, um jornalista panfletário.**

Quem não conhece o peso desta praga devastadora [...] quando pela manhã [...] uma nuvem de rapazes, ministros executores da praga, levanta as desconcertadas vozes e grita [...]: “Quem leva o *Astro*? Quem vem ao *Liberal*? [...]”. [...] E que dizem estas pragas, estes periodiqueiros? Todos [...] o mesmo [...]. Mentem, tanto dizem, tanto desdizem, tão mal, tão fora do tempo querem propor coisas, demolindo em lugar de consertar, que o povo alucinado [...] cuida que se obra no Governo e no Congresso, como os periodiqueiros falam, que têm as mesmas ideias incendiárias, subversivas, destampadas, que há impressas nos periódicos [...], revoltam e desorientam a Nação [...]. É justo ganhar dinheiro [...], mas três vinténs por parvoíces... (Macedo, 1821a: 1-14.)

Os jornais políticos, que apareciam às dezenas, eram, assim, para José Agostinho de Macedo, uma verdadeira “peste”, que causava o pernicioso efeito de confundir as mentes, como escreve no texto *O Cordão da Peste ou Medidas Contra o Contágio Periodiqueiro*. O mesmo escreve na *Resposta aos Colaboradores do Correio Interceptado*, opúsculo no qual se queixa da “tempestade de jornais [...] que se encaminham a perverter a moral, a confundir a política e desorganizar a sociedade, a indispor os povos contra os Reis, a fazer odiosos os Soberanos às suas próprias nações” (Macedo, 1825: 1-2).

Na segunda *Carta a Pedro Alexandre Cavroé*, Macedo insiste na anarquia provocada pelos jornais, cada um dos quais alinhado por uma tendência política. No entanto, ele vai mais longe, pois sugere que esse estado de coisas seria contrário ao espírito de uma Constituição Liberal:

Ser inimigo dos periódicos não é ser inimigo da Constituição, antes é ser mais seu amigo, porque [...] os periódicos dividem e a Constituição une. Os periódicos confundem, a Constituição ilustra. Os periódicos são obra sua e dos seus colegas, e isto basta, e a Constituição é [...] o resultado das mais eminentes cabeças [...]. Os periódicos são [...] uma salgahada, a Constituição é a ordem [...]. Os periódicos são os filhos, ou os pais, da mentira, a Constituição atenta sobre bases de eterna verdade e sobre firmíssimos princípios de eterna justiça. Logo, quem é inimigo dos periódicos, é o amigo nato da Constituição. Os periódicos têm por fim apanhar dinheiro, e a Constituição tem por fim a felicidade pública.[...]. Quando os *Exorcismos* anatematizam os periódicos fazem um grande serviço à Constituição, porque [nela] não estando, como andam nos periódicos, as opiniões divididas, conservam-se os cidadãos na unidade. (Macedo, 1821e-2ª: 9-10.)

Na sexta *Carta a Cavroé*, um excerto de texto contribui para a esclarecimento do pensamento jornalístico de José Agostinho de Macedo:

**Macedo insiste na anarquia provocada pelos jornais, cada um dos quais alinhado por uma tendência política**

Quem se não há-de indignar com a praga periodiqueira? Consenti-la é querer a divisão, a divergência e o desvario da opinião pública. Que temos feito e que temos aproveitado até aqui com os periódicos? Que melhoramento se tem sentido depois do derramamento das luzes periodicais? Todo o homem sensato tem levantado a voz contra o dilúvio incessante [...]. Estes denodados campeões que vestem de armas brancas e pretas, quero dizer, papel e tina, apareceram em campo contra o chuveiro do dia, são os verdadeiros amigos da Pátria [...], porque fazer odiosos os periódicos é fazer amável a obra da nossa política de Regeneração.” (Macedo, 1821e-6<sup>a</sup>: 8)

Analisando-se o texto anterior, pode dizer-se que Macedo reforça a sua convicção de que o alegado excesso de periódicos, todos eles almejando irradiar Luzes sobre a obscurantista sociedade portuguesa, apenas gerava a anarquia e a divisão dos portugueses. Aliás, em articulação com essa ideia, José Agostinho de Macedo observa, repetidamente, a intemperança dos mesmos, devido à facilidade com que os periódicos resvalavam para o insulto e para os ataques ao bom-nome e à reputação dos cidadãos. Por exemplo, na primeira das *Cartas a Cavroé*, Macedo desenvolve o tema da intemperança verbal dos jornalistas, que gerava processos judiciais e afetava o bom-nome dos cidadãos:

Como se serve a Pátria na sua crise com escritos que produzem demandas [processos judiciais]? [...] Nos países em que a imprensa é livre, sempre há a expressa restrição dos ataques pessoais [...], a censura é para qualificar os escritos e não para facilitar atentados [...]. Porque se a nova ordem de coisas é manter não só a ordem pública como também a segurança individual, como pode o cidadão estar seguro, se há liberdade na censura para se lhe atacar o que é mais precioso do que a vida, quero dizer, a reputação, a fama e o bom conceito em que naturalmente desejamos permanecer entre os nossos semelhantes? [...] Por isso mesmo temos uma Constituição liberal. Devem os cidadãos ser mais respeitados e ter mais força o freio da moral pública, para se não dizer que a bondade [...] das novas leis produz crimes e autoriza desaforos. (Macedo, 1821e - 1<sup>a</sup>: 7-9)

Na sétima e última *Carta a Cavroé*, Macedo também se refere ao alegado tom insultuoso e atentatório da dignidade e do bom-nome das pessoas patente em vários jornais: “Inumeráveis papéis insolentes e desaforados têm aparecido nestes últimos tempos, [...] aluvião de injúrias que os desçaçaimados periodiqueiros têm dito contra o que havia de mais respeitável em todas as classes de cidadãos” (Macedo, 1821e-7<sup>a</sup>: 4-6)

No opúsculo *Cordão da Peste*, José Agostinho de Macedo reflete, mais uma vez, sobre a nefasta influência dos jornais sobre a

**Na primeira das Cartas a Cavroé, Macedo desenvolve o tema da intemperança verbal dos jornalistas, que gerava processos judiciais e afetava o bom-nome dos cidadãos**

opinião pública. Para o autor, o público é iludido pelos jornais, “cuidando que os periodiqueiros são os órgãos [...] do Governo e que o Governo quer fazer o que os periodiqueiros dizem. [...] Não só querem ser os mestres da Nação, mas os mestres do Governo” (Macedo, 1821b: 12 - 14). Essas breves frases têm ainda outra leitura. Macedo notava já que a imprensa se tendia a substituir aos mecanismos próprios da democracia representativa – ou seja, ao Parlamento – no processo decisório e que cada jornal se arrogava ser o representante da Nação. Diga-se, contudo, que, paradoxalmente, o próprio Macedo não hesitava em auto-propagandear-se como verdadeiro intérprete do sentimento coletivo, tal e qual como faziam a generalidade dos jornalistas de então (e, porventura, alguns dos de hoje).

Um outro problema trazido pelos periódicos, segundo Agostinho de Macedo, era o de alarmarem as pessoas, que ficariam a pensar que o Governo se preparava para fazer o que os jornalistas pediam: “Que será de nós? diz a gente das províncias. Isto que está impresso vai executar-se? E o Governo, que consente estes planos, também quererá que se cumpram?” (Macedo, 1821b: 16.) Intui-se, assim, que o referido autor também já antevia a possibilidade de os jornais serem usados como uma espécie de tubo de ensaio para se anteverem as reações a determinadas políticas.

### **Os jornais são (mal) feitos por iletrados**

O fato de grande parte dos periódicos panfletários portugueses do alvorecer do século XIX serem escritos por pessoas impreparadas constitui um segundo tema forte da crítica de Macedo ao jornalismo vintista. No opúsculo *Exorcismos Contra Periódicos*, Macedo realça a ignorância de grande número de redatores de jornais sobre os mecanismos da governação, acerca dos quais sentenciavam sem sequer a sua vida saberem gerir:

Eu não falo daquela ignorância que provém da absoluta carência de luzes, de instrução e conhecimentos, que provém da instituição de alguns nos ofícios braçais, tão úteis à Pátria [...]; nem falo daquela ignorância que noutros provém da ociosidade e pobreza [...]; falo daquela ignorância em que os [...] da política e publicitismo [outro sinónimo então usado para jornalismo] exibem a respeito da índole, do carácter e dos sentimentos da Nação para quem escrevem e que eles querem, ou dizem que querem, ilustrar. [...] Eis a primeira bostela, a ignorância do carácter geral da Nação [...]. O que estes homens [...] querem é governar. E a si sabem eles governar-se? Alguns conheci eu, antes de rebentar a Peste, e que agora dão grandes *planos* de economias, de *finanças* e melhoramentos, que não digo que sabiam governar a sua casa, porque não a tinham, nem eira, nem beira [...]. (Macedo, 1821a: 9-15)

**No opúsculo *Exorcismos Contra Periódicos*, Macedo realça a ignorância de grande número de redatores de jornais sobre os mecanismos da governação**

No mesmo opúsculo, Agostinho de Macedo critica, ainda, os que abandonavam os seus ofícios para se consagrarem a um jornalismo de fraca qualidade. Em acréscimo, dá pistas não só para se perceber a origem social e cultural de muitos dos “jornalistas” portugueses das primeiras décadas de oitocentos, mas também para se compreender como funcionavam e eram vendidos os periódicos de então:

Mas quem são os periodiqueiros? É preciso conhecer o género [...] e eu creio que o jejum, ou a barriga vazia, é quem acarretou sobre as nossas cabeças a nuvem periodiqueira. [...] Sapateiros [...], livreiros, passamaneiros, cabeleireiros [...], [...] a quem se lembraria que no momento em que Portugal mais necessitava de mais luzes, mais ciência, mais conhecimentos, que coadjuvassem a mais árdua e difícil empresa, [...] tudo seria desamparado e [...] os seus cultores se convertiam em periodiqueiros? Parece que para a grande arte de Escriitor se não necessita de outra coisa mais que saber formar bem ou mal, tortos ou direitos, os caracteres do alfabeto. [...] Fugi diabos, ide para as vossas oficinas, [...]. Se podeis fazer bem uma cadeira, para que te metes a fazer tão mal um periódico? [...]

Ora se é praga deixar o próprio ofício para ser periodiqueiro, ainda é maior flagelo não ter ofício nenhum, senão o de periodiqueiro. Vivia um ocioso pelos cantos dos botequins [...] e de repente salta ao mundo com um periódico [...]. Que quer este diabo com a folha diária ou semanária? Ilustrar a Nação? Como? Copiando muito mal da aluvião dos periódicos castelhanos [...], retalho aqui, fala acolá, reflexão além, mas tudo sem ordem, sem uma ideia dominante, sem um fim, e quando este devia fixar a opinião sobre um objecto único, grande, público, vantajoso à causa, não faz mais que desvairá-la de tal maneira que ninguém se entende [...]. O pior é abrir as portas às correspondências, ou reais, ou fantasiosas, e transcrever quantos desaforos lhe enviam, ou fingem que lhe enviam. Que vantagens tem tirado a Nação desta praga periodical [...]? Talvez maiores males, do que bens. Segue-se a uma mal entendida liberdade de falar uma mais mal entendida liberdade de pensar, e obrar. (Macedo, 1821a: 3-8)

A falta de humildade intelectual dos jornalistas, que se considerariam donos da verdade, constitui outro tema forte da segunda *Carta a Cavroé*: “será possível que para tudo se julgue autorizado um homem unicamente porque faz periódicos para vender ao povo todos os dias?” (Macedo, 1821e-2<sup>a</sup>: 11)

Na quinta *Carta a Cavroé*, numa passagem em que ironiza com uma inábil utilização da palavra “requerer”, José Agostinho de Macedo mostrando o seu desprezo pelos periódicos artesanais mal escritos por pessoas mal preparadas e ignorantes, diz:

**A falta de humildade intelectual dos jornalistas, que se considerariam donos da verdade, constitui outro tema forte da segunda Carta a Cavroé**

Com efeito, se aqueles homens ilustrados de que tanto abunda a nossa amada, e idolatrada Pátria, que tem encanecido no estudo, e porfiadas aplicações e que tanto se distinguem em conhecimentos políticos, se atrevessem a requerer para redigir um Periódico, não nos causaria admiração, porque neles não seria um atrevimento, mas um acto de justiça, que se fariam a si mesmos, e até a nós, para merecerem a nossa aprovação, à vista do emprego a que se davam, cujo desempenho nos ficava afeiçoado nos próprios e conhecidos talentos. Mas vemos que se abalançam a este ofício um Mestre Pedro, ainda que examinado no ofício de móveis, um mestre artista, o desdichado! [...] V.m. tem razão em dizer: - Atrevi-me a requerer - porque se para fazer uma cadeira, e um assentosinho para um *Bidé*, é preciso dar cinco e mais anos de ofício, quantos serão preciso de estudo para escrever dignamente para o público? (Macedo, 1821e-5<sup>a</sup>: 10-11).

Já na sétima *Carta a Pedro Cavroé*, Macedo relembra que jornalistas como este último se tinham em mais conta do que mereciam, até porque nem sequer saberiam escrever bem. Por essa razão, apelida, satiricamente, Cavroé de ser, de acordo com os próprios escritos deste último, “Escritor público [...], escritor de alta política, [...] derramador de luzes, [...] luminar do século” (Macedo, 1821e-7<sup>a</sup>: 7).

### **Os jornais enganam o povo incauto**

Para José Agostinho de Macedo, os jornais tinham sucesso porque enganavam o povo. Este tópico constitui o terceiro pilar da crítica ao jornalismo vintista protagonizada por esse autor.

Para Macedo, os jornais enganavam o povo de várias maneiras: prometiam Luzes mas só divulgavam irrelevâncias; faziam-se unicamente para enriquecerem os seus redatores, levando o povo a pagar por uma mercadoria desnecessária; publicavam cartas falsas de leitores inexistentes; os redatores de jornais não possuiriam nem conhecimento nem sapiência suficientes para “iluminar” o povo, proclamando-se o que não eram; os jornais não substituem a literatura etc. Por exemplo, no *Reforço ao Cordão da Peste*, Macedo insiste, ironicamente, no aparente monopólio da sabedoria exibido pelos jornalistas liberais, que “[...] nos comunicam as luzes que nós não tínhamos, porque as luzes foram exclusivamente depositadas no entendimento dos periodiqueiros” (Macedo, 1821c: 1-6).

Na *Carta ao Senhor Redactor do Patriota*, Macedo também questiona o carácter ilustrador dos periódicos:

Eis aqui de que estão servindo os papéis periódicos: de canais de impropérios, de calúnias, de vilipêndios, acendendo uma guerra entre todos os cidadãos [...], juntam ao crime da maledicência o da venali-

**Os redatores de jornais não possuiriam nem conhecimento nem sapiência suficientes para “iluminar” o povo, proclamando-se o que não eram**

dade [...]. Vem a corte vândala dos periodiqueiros e nos rouba o dinheiro [o autor refere-se ao negócio dos jornais] com o mais pesado de todos os tributos que se tem imposto à Nação. Rouba-nos a paz, pois andam os cidadãos em guerra [...]. Rouba-nos a reputação de homens de bem, pois dão a conhecer que existe uma imoralidade pública que nem respeita a coisa mais sagrada que há, o bom-nome de um homem [...]. E luzes para a Nação? As das velas de sebo que têm os livreiros à noite em cima do balcão para impingirem ao povo os periódicos do dia. Por mais que folheie as páginas da história, não encontro [...] um quadro de corrupção como ao presente nos está oferecendo este recanto da Europa. E esta desgraça só tem por autores os periodiqueiros. (Macedo, 1821d: 6-7).

Na *Carta ao Senhor Redactor do Diário do Governo*, José Agostinho de Macedo (1822), além de voltar, repetitivamente, aos temas da sua crítica ao jornalismo, zurze a sua pena sobre os jornalistas que inventam informações, publicam nos seus jornais cartas do seu próprio punho como se tivessem sido escritas por leitores e falam de acontecimentos e problemáticas que não conhecem nem dominam como se os conhecessem ou dominassem. No panfleto *Resposta aos Colaboradores do “Correio Interceptado”*, Macedo (1825: 2) acusa os jornalistas de inventarem títulos para enganarem os incautos.

Nas *Cartas a Pedro Cavroé*, Macedo (1821e) perdura na acusação de ignorância dos jornalistas, quer em relação ao conhecimento das problemáticas abordadas, por muito que se arreigassem de perseguir o espírito iluminista, quer mesmo em relação ao domínio da Língua Portuguesa e do Latim.

Um outro tópico do raciocínio de Macedo (1821e) nas *Cartas a Cavroé* tem a ver com o carácter repetitivo dos periódicos: todos diriam o mesmo, sendo parcos em novidades.

No texto da quinta *Carta* ao “carpinteiro de móveis” Cavroé, José Agostinho de Macedo (1821e-5<sup>a</sup>) faz uma crítica irônica e mordaz ao liberalismo em geral e a Cavroé, auto-proclamado “publicista”, em particular, já que o considera um símbolo daquilo que combate: periódicos mal escritos, incontidos e irrefletidos, feitos por pessoas sem preparação para o ofício e ignorantes.

O autor ironiza, seguidamente, com a fama e riquezas imediatas que poderiam provir da publicação de um periódico, mas também com a semelhança de conteúdos entre eles e com a falta de notícias (novas) que todos denotariam:

Faço um Periódico a trinta reis, fica-me a algibeira pejada, e a fama estabelecida; assim o disse, e assim o tem feito. Resulta daqui mesmo uma questão importante, que por si se resolve. Convém

**Outro tópico do raciocínio de Macedo tem a ver com o carácter repetitivo dos periódicos: todos diriam o mesmo, sendo parcos em novidades**

a saber: Se com a notícia da navalhada do Frade de Aranzazí fica a Pátria ilustrada, os cidadãos conhecedores dos seus deveres para com o Governo, para consigo mesmos, e para com os seus semelhantes? Até aqui, Mestre Pedro, vamos nós concordes e amigos. Basta isto para redigir magistralmente um Periódico. Porque os outros pouco mais adiantam e os que estão mais aliançados com as Potências estrangeiras apenas trazem alguma coisa da folha que vem fora da mala, e que adianta meio-dia. Outros dizem que não vem na folha ou o contrário do que vem na folha. Ponha v.m. ponham eles o que quiserem, ilustrem a Nação, e sirvam a Pátria como bem lhes parecer, eu não o hei-de sentir, porque real não mo levam! (Macedo, 1821e-5ª: 11-12)

Após estas considerações, José Agostinho de Macedo interroga o visado, Pedro Alexandre Cavroé, carpinteiro convertido ao jornalismo, que se autotransformava de “publicista”, apesar de o seu periódico trazer notícias irrelevantes, como o caso da “navalhada de Aranzazú”:

Diga-me, [...] ser Gazeteiro, e ser Publicista é a mesma coisa? [...] É v.m. João Jaques, é v.m. Mably, é v.m. Algernon Sidney? É v.m. Grocio, Cumberland, Pufferdorff, Humberto Ulrico? Não, v.m. é Mestre Pedro, e estes são Publicistas, uns mais antigos, outros mais modernos. Será v.m. Bonald? Nem Benjamim Constant v.m. é. Só se v.m. julga que eles redigiram *Mnemosines* com a navalhada de *Aranzazú*, e não aquelas obras imortais de Jurisprudências, Legislação, e alta Política, que foram sempre a honra e o assombro do engenho humano. Pois porque se há-de v.m. chamar Publicista, se v.m. apenas existe na ínfima relé dos Gazeteiros Portugueses! Porque v.m. saberá o que é no ofício, muito honrado, e louvável, o que é uma junteira, um rebote, uma goiva, e uma enchó. Mas o Publicista não sabe o que é, porque não é o seu ofício, e não lhe está mal esta ignorância. Cuidou v.m. que ser publicista era escrever diariamente para o público. Não é, Mestre Pedro! Isto é uma ciência nova, apenas entrevista na Antiguidade por Aristóteles nos seus livros de Política, por *Platão* na sua Republica ideal, e por Marco Túlio nos livros até agora sumidos, e agora achados no Vaticano pelo Abade Mayo, que se dizem também *De Republica*. Gazeteiro, Mestre Pedro, é outra coisa. Isto é, não ciência, mas ofício, que tem o berço mais miserável que podemos imaginar.” (Macedo, 1821e-5ª: 12-13).

Curiosamente, Macedo também tinha uma consciência clara da capacidade de amplificação das mensagens trazida pelos jornais: “Um sermão ouvido chega a duzentas ou trezentas pessoas [...], um só periódico impresso [...] chega a todos os habitantes do Reino” (Macedo, 1821e-1ª: 19).

**Macedo tinha consciência clara da amplificação das mensagens trazida pelos jornais: “Um sermão ouvido chega a duzentas ou trezentas pessoas, um só periódico impresso chega a todos os habitantes do Reino”**

### Como seria um bom periódico

Numa carta dirigida ao redator da *Gazeta Universal*, o seu amigo Joaquim José Pedro Lopes, José Agostinho de Macedo enuncia o que em seu entender seria fazer um jornalismo útil. As suas palavras nessa *Carta*, publicada sob a forma de opúsculo, provam que Macedo não só tinha noções de “jornalismo” e de “liberdade de imprensa” próximas das atuais, como também percebia qual é o papel do jornalismo em democracia e antevia as transformações que o jornalismo viria a sofrer ainda no seu próprio século. Outro aspecto interessante dessa *Carta* é, mais uma vez, o recurso ao substantivo “jornalista” para designar os redatores de periódicos, o que permite afirmar que o conceito se ia entranhando e operacionalizando na língua portuguesa, pese embora a coexistência de outras definições ameaçadoras à estabilidade do conceito, como a designação “escritores públicos”, que Macedo também emprega no seu texto. Leia-se, então, o seguinte excerto da “Carta ao Redactor da *Gazeta Universal*”:

Direi somente que o seu papel é honrado [...] porque não sai da esfera da verdade, da sinceridade e da imparcialidade. Os periódicos fizeram-se para anunciar o que vai, não para descompor e insultar o que está. São cânones das novidades políticas, não são veículos de personalidades escandalosas, de infâmias revoltantes, de insultos vergonhosos, de instrumentos de vinganças particulares e que, quando se escudam com a liberdade de imprensa, dão a conhecer que entendem por isto um descarado e absoluto desenfreamento de costumes, chegando a imoralidade neste ponto a tal excesso que metade da Nação está desconfiada da outra metade [...] e insultada por uma troca [...] de escritores venais [...], obrigando homens de bem a retirarem-se da sociedade, temendo [...] em cada jornalista um carrasco. [...] Os indivíduos [...] insultados pelos jornalistas jornaleiros conservam não só a eles um ódio implacável, mas também ao Governo [...], persuadidos de que o consente. [...] O estado dos papéis públicos é um estado perfeitamente anárquico. Estão divididos entre si e dividem as opiniões. O seu fim deveria ser instruir; o seu fim [...] é descompor [...]. Não é novo [...] que um jornalista sirva a um partido político. [...] Nada conheço mais útil nos Governos [...] representativos que um partido de oposição e que deste e do outro partido sejam trombetas os jornalistas. Aclaram-se as questões [...] da política e por estes canais julga [...] o povo do estado dos negócios públicos. [...] Mas conspirarem os jornalistas para a ruína da moral pública com os seus desvairados escritos... só em Portugal. (Macedo, 1821f: 1-3)

O excerto de texto atrás inserido apela ainda a outra conotação: Macedo tinha uma idéia nítida de que o jornalismo tem efeitos pessoais e sociais, ao nível dos afetos e os comportamentos, e não apenas ao nível das cognições. Aliás, mais à frente, nesse mesmo texto, o autor desenvolve esse raciocínio, explicando que o jorna-

**Macedo tinha uma idéia nítida de que o jornalismo tem efeitos pessoais e sociais, ao nível dos afetos e os comportamentos, e não apenas ao nível das cognições**

lismo intensifica as emoções e impele à ação: “a imoralidade dos escritos jornalísticos passa para os sentimentos, os sentimentos transformam-se em acções” (Macedo, 1821d: 4).

Em 1823, no ensaio *Mania das Constituições*, Macedo dirá, aprimorando a sua visão da liberdade de imprensa, que o maior serviço que pode ser feito ao país é o de dirigir a opinião pública para o bem, o que significa, em última instância, *dirigi-la bem*.

## Conclusões

Em matéria de conclusões, deve dizer-se, em primeiro lugar, que José Agostinho de Macedo foi o primeiro autor português a tecer uma crítica estruturada e sistemática ao jornalismo, apresentando, igualmente, alternativas para o desenvolvimento da comunicação social. Nesse sentido, ele pode considerar-se como um precursor da teorização crítica portuguesa do jornalismo.

A crítica de José Agostinho de Macedo ao jornalismo político (e não só) do seu tempo permite, em segundo lugar, perceber que este autor tinha uma ideia clara sobre a influência do jornalismo na formação de correntes de opinião e sobre a repercussão das mesmas na ordem política e na governação. Macedo, sem empregar os conceitos que hoje em dia empregariamos, percebeu que o espaço público se estava a politizar, não apenas por força dos jornais, mas também pela institucionalização da democracia representativa e pelo alargamento do direito de voto. Percebeu, também, que o jornalismo, ultrapassando o espaço interpessoal da comunicação direta, se tornava no mais importante agente de segmentação das opiniões a nível nacional.

Em terceiro lugar, pode dizer-se que José Agostinho de Macedo percebeu que o jornalismo panfletário não respondia às necessidades informativas da população, apontando a necessidade de se desenvolver um jornalismo de cariz informativo, como aquele que seria protagonizado, em Portugal, pelo *Diário de Notícias*, 33 anos depois da morte do autor. Paradoxalmente – coisa que não é de admirar em quem viveu uma vida de paradoxos – o próprio Macedo foi um dos mais lídimos praticantes do panfletarismo.

As críticas de Macedo ao jornalismo oitocentista, em vários aspectos, não se afastam muito das críticas que contemporaneamente continuam a ser feitas ao jornalismo. Em suma, é possível afirmar que muitas das críticas que hoje em dia se fazem ao jornalismo têm, afinal, raízes no passado...

De qualquer modo, apesar do intenso e polémico debate sobre o papel da imprensa no Portugal vintista, deve dizer-se que os portugueses entraram na terceira década do século XIX a fazerem a “aprendizagem da cidadania”, como lhe chamou Isabel Vargues (1997), graças aos jornais que transformaram o país ao dar-lhe uma espécie de fórum nacional permanente.

## Referências

- MACEDO, José Agostinho A. *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1821a.
- \_\_\_\_\_. *Carta [Primeira a Sétima] a Pedro Alexandre Cavroé*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Oficina de António Rodrigues Galhardo/ Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1821e.
- \_\_\_\_\_. *Carta ao Senhor Redactor do "Patriota"*. Lisboa: Imprensa Liberal, 1821d.
- \_\_\_\_\_. *Carta ao Senhor Redactor do Diário do Governo*. Lisboa: Imprensa Liberal, 1822.
- \_\_\_\_\_. *Carta Escrita ao Senhor Redactor da Gazeta Universal pelo Veterano, Fora de Serviço, ex-Redactor do Jornal Enciclopédico de Lisboa Etc.* Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1821f.
- \_\_\_\_\_. *Cordão da Peste ou Medidas Contra o Contágio Periodiqueiro*. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1821b.
- \_\_\_\_\_. *Mania das Constituições*. Lisboa: Tipografia Maignense, 1823.
- \_\_\_\_\_. *Reforço ao Cordão da Peste*. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1821c.
- \_\_\_\_\_. *Resposta aos Colaboradores do Infame Papel Intitulado "Correio Interceptado" n.º 6 Impresso em Londres*. Lisboa: Tipografia de Bulhões, 1825.
- VARGUES, Isabel. *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: CoimbraMinerva, 1997.

*Recebido em 14 de junho de 2008*  
*Aprovado em 25 de outubro de 2008*